

INSTRUÇÕES - PROVA DE DIREITO

- a) Este caderno de provas contém 35 (trinta e cinco) questões objetivas sendo 10 (dez) questões de Língua Portuguesa e 25 (vinte) questões de Direito. As questões são de múltipla escolha, contendo 5 (cinco) alternativas e apenas 1 (uma) única resposta correta.
- b) Caso este caderno esteja incompleto ou contenha qualquer defeito, o candidato deverá solicitar ao fiscal de sala que o substitua imediatamente.
- c) As respostas da prova objetiva deverão ser transcritas para a *Folha de Respostas*, que será o único documento válido para a correção. O preenchimento da *Folha de Respostas* será de inteira responsabilidade do candidato, devendo ser feito com caneta esferográfica azul ou preta. **Em nenhuma hipótese haverá substituição da folha por erro do candidato.**
- d) As provas serão realizadas sem consulta a qualquer material, não sendo permitida, durante a sua realização, comunicação entre os candidatos, bem como a utilização de aparelhos eletrônicos (BIP, telefone celular, gravador, pager, etc.), livros, anotações, etc.
- e) O tempo de duração das provas será de **3 (três) horas**, já incluído o tempo destinado à identificação do candidato e ao preenchimento da *Folha de Respostas*.
- f) Durante a realização das provas o candidato não deverá se comunicar com os demais candidatos, nem levantar-se ou ausentar-se da sala sem a autorização do fiscal.
- g) Ao término da prova, o candidato deverá chamar o fiscal de sala para devolver a *Folha de Respostas* e, em seguida, deixar o local de realização das provas.
- h) O candidato que desobedecer a qualquer uma das determinações constantes no edital, no presente caderno ou na *Folha de Respostas* poderá ensejar a anulação das suas provas.

Boa Prova!

CRONOGRAMA PREVISTO (Edital do concurso no endereço www.mpdft.gov.br)		
ATIVIDADE	DATA	LOCAL
Divulgação do gabarito preliminar	3/7/2012	www.mpdft.gov.br
Interposição de recurso contra o gabarito preliminar	4 e 5/7/2012	* Seção de Estágio - MPDFT
Resultado provisório	17/7/2012	www.mpdft.gov.br
Interposição de recurso contra o resultado provisório	18 e 18/7/2012	* Seção de Estágio - MPDFT
Resultado final	24/7/2012	www.mpdft.gov.br

* Seção de Estágio - SEES/DGP/MPDFT, localizada no Setor de Indústrias Gráficas – SIG, Ed. D'Office Sig, lotes 525 a 575, 1º Pavimento, sala 223. Telefone: (61) 3343-8969

CONHECIMENTOS GERAIS

O serviço que o Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT) oferece à sociedade deve ser constantemente aperfeiçoado. Com essa premissa, o titular da 1ª Promotoria de Justiça de Defesa da Pessoa Idosa e da Pessoa com Deficiência, Vandir da Silva Ferreira, visitou na última terça-feira, 29/11, a Central de Intérpretes de Libras, localizada na estação do metrô da 114 Sul, para conhecer o funcionamento do local no intuito de subsidiar as ações para o atendimento de deficientes auditivos.

Acompanharam a visita o subsecretário de Cidadania do GDF, César Pessoa Mello, o gerente da Central de Intérpretes de Libras, Alexandre Ferreira de Castro, a defensora pública da União Liana Lidiane Pacheco Dani e os defensores públicos do DF Evenin Ávila e Stéfano Pedroso.

O Promotor de Justiça Vandir Ferreira levantou a hipótese de elaboração de termo de cooperação entre a Defensoria Pública, o MPDFT e a Central de Libras para a disponibilização de intérpretes de sinais nesses órgãos. Ele informou que o Ministério Público, além do treinamento interno para os servidores e da utilização de intérpretes da Central de Libras, também tem como intuito incluir nas licitações relativas à contratação de terceirizados a exigência de conhecimento em Libras.

É comum que pessoas com deficiência procurem o MPDFT em busca de auxílio judicial. Esse atendimento é responsabilidade da Defensoria Pública, para onde o Núcleo Regional de Informações sobre Deficiência (Nurin) do Ministério Público encaminha os cidadãos. O promotor de Justiça Vandir Ferreira sugeriu que nesses casos o Núcleo entre em contato com a unidade da Defensoria Pública localizada na estação do metrô da 114 Sul para agendar o atendimento. O Núcleo poderia fornecer ainda os formulários da Defensoria para que a pessoa saiba previamente quais documentos devem ser levados no dia do atendimento.

<http://www.mpdft.gov.br/portal/index.php/imprensa-menu/noticias/notcias-2011/4338-mpdft-busca-aprimorar-atendimento-aos-deficientes-auditivos>, acesso em 17/6/2012, com adaptações.

QUESTÃO 1.

Com relação ao texto, marque a alternativa **correta**:

- a) O Promotor de Justiça da 1ª Promotoria de Justiça de Defesa da Pessoa Idosa e da Pessoa com Deficiência visitou a Central de Intérpretes de Libras para conhecer o funcionamento do local no intuito de subsidiar as ações para o atendimento de deficientes visuais.
- b) Foi formalizado um Termo de Cooperação entre a Defensoria Pública, o MPDFT e a Central de Libras para a disponibilização de intérpretes de sinais nesses órgãos.
- c) O Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, visando o bom atendimento ao público, já exige na contratação de terceirizados o conhecimento em Libras.
- d) O atendimento a pessoas com deficiência, que necessitam de auxílio judicial gratuito, é de exclusiva responsabilidade do Núcleo Regional de Informações sobre Deficiência (Nurin) do Ministério Público.
- e) No caso de atendimento às pessoas com deficiência, feito pelo Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, o promotor de Justiça Vandir Ferreira sugeriu que o Núcleo Regional de Informações sobre Deficiência entre em contato com a unidade da Defensoria Pública, localizada na estação do metrô da 114 Sul, para agendar o atendimento.

QUESTÃO 2.

Marque a alternativa que não contém **erro** de pontuação:

- a) Com essa premissa, o titular da 1ª Promotoria de Justiça de Defesa da Pessoa Idosa e da Pessoa com Deficiência Vandir da Silva Ferreira, visitou na última terça-feira, 29/11, a Central de Intérpretes de Libras, localizada na estação do metrô da 114 Sul, para conhecer o funcionamento do local no intuito de subsidiar, as ações para o atendimento de deficientes auditivos.
- b) Além do titular da 1ª Promotoria de Justiça de Defesa da Pessoa Idosa e da Pessoa com Deficiência, o subsecretário de Cidadania do GDF, César Pessoa Mello, o gerente da Central de Intérpretes de Libras, Alexandre Ferreira de Castro, a defensora pública da União Liana Lidiane Pacheco Dani e os defensores públicos do DF Evenin Ávila e Stéfano Pedroso, participaram da visita.
- c) A Central de Intérpretes de Libras, localizada na estação do metrô da 114 Sul, foi visitada pelo titular da 1ª Promotoria de Justiça de Defesa da Pessoa Idosa e da Pessoa com Deficiência.
- d) É comum, que pessoas com deficiência, procurem o MPDFT em busca de auxílio judicial.
- e) O Núcleo passará a fornecer ainda os formulários da Defensoria, para que a pessoa saiba previamente quais documentos, devem ser levados no dia do atendimento.

QUESTÃO 3.

Marque a alternativa em que não há **erro** no emprego do sinal indicativo de crase:

- a) Ele se referiu a Defensoria Pública e não ao Ministério Público.
- b) O auxílio judicial é solicitado a Defensoria Pública.
- c) Um grupo formado por um Promotor de Justiça, vários Defensores Públicos e representantes do Governo irá à Central de Intérpretes de Libras.
- d) As vezes as pessoas procuram o Ministério Público a fim de obter auxílio judicial.
- e) O Núcleo passará à fornecer ainda os formulários da Defensoria, para que a pessoa saiba previamente quais documentos devem ser levados no dia do atendimento.

QUESTÃO 4.

Marque a alternativa em que o emprego do hífen foi escrito corretamente de acordo com o Novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa:

- a) anti-higiênico, super-homem, extra-humano.
- b) arquí-inimigo, microondas, auto-observação.
- c) circum-hospitalar, pan-mágico, panamericano.
- d) hiperresistente, super-revista, ex-aluno.
- e) semi-intensivo, antiinflamatório, pós-graduação.

QUESTÃO 5.

Leia a seguinte oração e responda ao comando da questão:

“Com essa premissa, o titular da 1ª Promotoria de Justiça de Defesa da Pessoa Idosa e da Pessoa com Deficiência, Vandir da Silva Ferreira, visitou na última terça-feira, 29/11, a Central de Intérpretes de Libras, localizada na estação do metrô da 114 Sul, para conhecer o funcionamento do local.” A oração destacada em **negrito** é uma oração:

- a) Coordenada sindética adversativa.
- b) Coordenada sindética explicativa.

- c) Subordinada substantiva subjetiva.
- d) Subordinada adverbial temporal.
- e) Subordinada adverbial final reduzida de infinitivo.

Um grande ato

O direito é plasmado por uma substância psicológica, o querer. Como se trata de um produto artificial, ou seja, feito pelo e para o homem, e nenhum querer reside senão no (vamos chamar assim por enquanto) espírito humano, podemos dizer que a experiência jurídica é toda ela um grande ato de vontade.

Mesmo quando questões relevantes refogem à intencionalidade, como desastres naturais ou acontecimentos fortuitos ou involuntários, suas implicações jurídicas são apreendidas pelos caminhos por vezes misteriosos do teleológico.

Vejam o direito cível. Atos e contratos em geral são pressupostos como válidos se existem maturidade e desprendimento intelectual que os comandem. No primeiro caso, pelo tema da idade e da sanidade mental, sem o que a plenitude da vida civil fica comprometida. No segundo caso, mesmo se a pessoa for maior e capaz, exige-se que aja de maneira desembaçada do erro e da coação, sob pena de nulidade, ou seja, de um querer que pouco vale, talvez nada.

E o direito penal, então? A noção do dolo requer “vontade livre e consciente” (dolo direto) ou, por equiparação, a assunção do risco de se produzir o resultado lesivo (dolo eventual). Nos crimes culposos, até o não querer, que os constitui, parece ser o termo forte da inspiração do agir.

Mas o que é o querer?

Bem, existe algo que o antecede que são o desejo e o saber. Só posso querer algo que tenho ao menos uma vaga idéia, e que me provoca um mínimo de simpatia.

O desejo participa de nossa existência, da nossa relação englobante com o mundo, seja para aperfeiçoá-lo, seja para destruí-lo; dificilmente será de uma valência próxima da neutralidade. Mas não é essa a diferença específica entre o querer e o desejar.

Em ambos, há uma tendência do sujeito para o objeto, uma tendência de posse. No desejo, o sujeito é passivo: o objeto gravita em torno dele, a fim de ser consumido por ele e morrer nele. Não buscamos o desejo; ele é que vem até nós, mesmo na luta para que morra sozinho e se consuma sozinho.

Artigo “Um grande ato”, de autoria do Promotor de Justiça do MPDFT Ivaldo Lemos Júnior, publicado no Jornal de Brasília, do dia 09/04/2012, caderno Opinião, página 2.

QUESTÃO 6.

Julgue os itens seguintes baseado no primeiro parágrafo do texto:

I () a substituição do vocábulo “plasmado” por “constituído” acarreta prejuízo sintático e semântico para o texto.

II () na oração “Como se trata de um produto (...)”, o vocábulo “como” atrai o pronome “se”. Dessa forma, não estaria gramaticalmente correta a construção “Como trata-se de um produto...”.

III () substituir o vocábulo “psicológica” por “psicotrópica” altera o sentido do texto.

A sequência que corresponde **corretamente** à questão é:

- a) V, V, F
- b) F, V, V

- c) F, F, V
- d) F, V, F
- e) V, F, V

QUESTÃO 7.

Assinale a alternativa cujo vocábulo pode substituir o termo “valência”, no penúltimo parágrafo, no contexto do texto. Desconsidere as alterações de gênero.

- a) questão
- b) forma
- c) maneira
- d) valor
- e) quantidade

QUESTÃO 8.

Julgue as reescrituras dos trechos do 3º e 4º parágrafos quanto a sua correção semântica ou gramatical:

I () Em geral, atos e contratos são tidos como válidos caso existam maturidade e desprendimento intelectual os quais comandem.

II () No segundo caso, ainda que a pessoa seja maior e capaz, se exige que aja de maneira desembaçada do erro e da coação.

III () Nos crimes culposos, até o não querer que os constitui parece ser o termo forte da inspiração do agir.

A sequência que corresponde **corretamente** à questão é:

- a) V, V, V
- b) F, V, F
- c) F, F, V
- d) V, F, V
- e) F, F, F

QUESTÃO 9.

Assinale a questão **incorreta** quanto às estruturas linguísticas expostas no 3º parágrafo:

- a) o verbo ser está no plural para concordar com seu complemento verbal “pressupostos como válidos...”.
- b) a expressão “No primeiro caso” refere-se ao termo “maturidade”.
- c) o vocábulo “os” tem “atos e contratos” como referente textual.
- d) a expressão “No segundo caso” refere-se à expressão “desprendimento intelectual”.
- e) o vocábulo “desembaçada” está usado com recurso polissêmico.

QUESTÃO 10.

Não depreende-se das ideias do texto que:

- a) o querer não é algo natural e sim produto do espírito humano.
- b) atos e contratos podem ser considerados nulos caso exista erro ou coação.
- c) todo ato de vontade será necessariamente uma experiência jurídica.
- d) dificilmente o desejo tem um valor neutro.
- e) no dolo direto existe uma relação direta com “vontade livre e consciente”, enquanto que no eventual assume-se o risco de se produzir um resultado lesivo.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

DIREITO CONSTITUCIONAL

QUESTÃO 11.

Não constitui fundamento da República Federativa do Brasil:

- a) a soberania.
- b) a cidadania.
- c) a dignidade da pessoa humana.
- d) a independência nacional.
- e) os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa.

QUESTÃO 12.

Em relação ao controle de constitucionalidade e com base na Constituição Federal, na legislação que regulamenta a matéria, na jurisprudência e na doutrina; julgue os itens a seguir e marque a alternativa **incorreta**.

- a) Ao declarar a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo, e tendo em vista razões de segurança jurídica ou de excepcional interesse social, poderá o Supremo Tribunal Federal, por maioria de dois terços de seus membros, restringir os efeitos daquela declaração ou decidir que ela só tenha eficácia a partir de seu trânsito em julgado ou de outro momento que venha a ser fixado.
- b) Viola a cláusula de reserva de plenário (CF, artigo 97) a decisão de órgão fracionário de tribunal que, embora não declare expressamente a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo do poder público, afasta sua incidência, no todo ou em parte.
- c) De acordo com o Supremo Tribunal Federal, lei ou norma de direito anterior à Constituição Federal vigente e que com ela seja incompatível é revogada por não-receptação, pois a Corte Suprema não adotou a teoria da inconstitucionalidade superveniente quando realiza controle concentrado em sede de ação direta de inconstitucionalidade.
- d) Compete ao Supremo Tribunal Federal, precipuamente, a guarda da Constituição, cabendo-lhe processar e julgar, originariamente, a ação direta de inconstitucionalidade e a ação declaratória de constitucionalidade de lei ou ato normativo federal ou estadual.
- e) O Procurador-Geral da República deverá ser previamente ouvido nas ações de inconstitucionalidade e em todos os processos de competência do Supremo Tribunal Federal.

QUESTÃO 13.

Marque a assertiva que **não** corresponde a direitos dos trabalhadores urbanos e rurais:

- a) relação de emprego protegida contra despedida arbitrária ou sem justa causa, nos termos de lei complementar, que preverá indenização compensatória, dentre outros direitos.
- b) seguro-desemprego, em caso de desemprego voluntário.
- c) salário mínimo, fixado em lei, nacionalmente unificado, capaz de atender a suas necessidades vitais básicas e às de sua família com moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e previdência social, com reajustes periódicos que lhe preservem o poder aquisitivo, sendo vedada sua vinculação para qualquer fim.
- d) garantia de salário, nunca inferior ao mínimo, para os que percebem remuneração variável.
- e) participação nos lucros, ou resultados, desvinculada da remuneração, e, excepcionalmente, participação na gestão da empresa, conforme definido em lei.

QUESTÃO 14.

Acerca do Ministério Público e do Conselho Nacional do Ministério Público, julgue as assertivas a seguir e marque a alternativa **correta**.

- a) O Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais disponíveis.
- b) O Ministério Público da União abrange o Ministério Público Federal e os Ministérios Públicos dos Estados. O Ministério Público Federal é subdividido em Ministério Público do Trabalho; em Ministério Público Militar e em Ministério Público do Distrito Federal e Territórios.
- c) Pode-se afirmar a competência originária do Supremo Tribunal Federal em relação as ações contra o Conselho Nacional do Ministério Público atinentes aos respectivo colegiado, como também em relação às que demandam a responsabilidade pessoal de um ou mais dos conselheiros em todas as circunstâncias.
- d) O Conselho Nacional do Ministério Público compõe-se de 15 (quinze) membros nomeados pelo Presidente da República, depois de aprovada a escolha pela maioria relativa do Senado Federal, para um mandato de 3 (três) anos, admitida uma recondução.
- e) Compete ao Conselho Nacional do Ministério Público o controle da atuação administrativa e financeira do Ministério Público e do cumprimento dos deveres funcionais de seus membros, cabendo-lhe receber e conhecer das reclamações contra membros ou órgãos do Ministério Público da União ou dos Estados, inclusive contra seus serviços auxiliares, sem prejuízo da competência disciplinar e correicional da instituição, podendo avocar processos disciplinares em curso, determinar a remoção, a disponibilidade ou a aposentadoria com subsídios ou proventos proporcionais ao tempo de serviço e aplicar outras sanções administrativas, assegurada ampla defesa.

QUESTÃO 15.

Em relação à nacionalidade e aos direitos políticos, analise as seguintes proposições:

- I) São brasileiros natos os nascidos na República Federativa do Brasil, ainda que de pais estrangeiros, desde que estes não estejam a serviço de seu país.
- II) São brasileiros natos os nascidos no estrangeiro de pai brasileiro ou de mãe brasileira, desde que sejam registrados em repartição brasileira competente ou venham a residir na República Federativa do Brasil e optem, em qualquer tempo, depois de atingida a maioridade, pela nacionalidade brasileira.
- III) Não podem alistar-se como eleitores os estrangeiros e, durante o período do serviço militar obrigatório, os conscritos.
- IV) São inelegíveis, no território de jurisdição do titular, o cônjuge e os parentes consanguíneos ou afins, até o segundo grau ou por adoção, do Presidente da República, de Governador de Estado ou Território, do Distrito Federal, de Prefeito ou de quem os haja substituído dentro dos seis meses anteriores ao pleito, salvo se já titular de mandato eletivo e candidato à reeleição.
- V) A lei que alterar o processo eleitoral entrará em vigor na data de sua publicação, não se aplicando à eleição que ocorra até um ano da data de sua vigência.

Estão **corretas**:

- a) todas as assertivas.
- b) nenhuma das assertivas.
- c) os itens I, II e III.
- d) os itens II, III e V.
- e) os itens II, III e IV.

DIREITO ADMINISTRATIVO

QUESTÃO 16.

Acerca dos Princípios e disposições constitucionais da Administração Pública, marque a alternativa **incorreta**:

- a) Decorre do princípio do interesse público sobre o privado a possibilidade, nos limites da lei, de revogação dos próprios atos por meio de manifestação unilateral de vontade, bem como de decretação de nulidade deles, quando viciados.
- b) O princípio da publicidade está expressamente citado no artigo 37 da Constituição da República. Deste princípio decorre o direito de todos receberem dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestados no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado.
- c) Os atos de improbidade administrativa importarão a suspensão dos direitos políticos, a perda da função pública, a indisponibilidade dos bens e o ressarcimento ao erário, na forma e gradação previstas em lei, sem prejuízo da ação penal cabível.
- d) A emenda constitucional nº 19/98, que guindou ao plano constitucional as regras relativas ao projeto de reforma do Estado, acrescentou, ao *caput* do artigo 37, outro princípio: o da eficiência (denominado de “qualidade do serviço prestado” no projeto da emenda e de “boa administração no direito italiano”). O atendimento a tal princípio significa desenvolver a atividade administrativa do modo mais congruente, mais oportuno e mais adequado aos fins a serem alcançados, graças à escolha dos meios e da ocasião de utilizá-los, concebíveis como os mais idôneos para tanto.
- e) A Constituição Federal, em seu artigo 37, *caput*, indica, de maneira expressa, os princípios da administração direta e indireta que são: legalidade, impessoalidade, motivação, publicidade e eficiência.

QUESTÃO 17.

Com relação aos atos administrativos, marque a alternativa **correta**:

- a) Os atos vinculados são passíveis de controle pelo Judiciário, ao passo que os discricionários submetem-se apenas ao poder hierárquico da Administração Pública, haja vista que possibilitam ao agente público competente posicionar-se livremente sobre determinada questão.
- b) A Administração Pública, para anular ato próprio em razão da constatação de ilegalidade, deverá necessariamente, buscar o provimento jurisdicional nesse sentido.
- c) Há atos administrativos para os quais a presunção de legitimidade (ou legalidade) é absoluta, ou seja, por terem sido produzidos na órbita da Administração Pública, não admitem a alegação por eventuais interessados, quanto à ilegalidade de tais atos.
- d) São elementos do ato administrativo a presunção de legitimidade, a imperatividade, a exigibilidade e a auto-executoriedade.
- e) O ato administrativo nem sempre apresenta o atributo da imperatividade, ainda que o fim visado pela Administração deva ser sempre o interesse público.

QUESTÃO 18.

Assinale a alternativa **correta** acerca do tema “organização administrativa”:

- a) A desconcentração administrativa é a distribuição externa de atividades administrativas exercidas por pessoa distinta do Estado, conceito este relacionado ao que se convencionou

chamar de administração direta. Por outro lado, a descentralização administrativa é a distribuição interna de atividades administrativas de um órgão para o outro e ocorre na administração indireta.

b) São características das autarquias a descentralização, a criação por lei, a especialização dos fins ou atividades, a personalidade jurídica de direito público e a sujeição a controle ou tutela.

c) no âmbito estadual, a criação de uma Secretaria constitui exemplo de descentralização administrativa.

d) No direito brasileiro, os órgãos são conceituados como unidades de atuação integrantes da estrutura da administração direta e da estrutura da administração indireta e possuem personalidade jurídica própria.

e) Empresas públicas são pessoas jurídicas de direito público, pois possuem capital integral público.

QUESTÃO 19.

Analise as assertivas e marque a alternativa **incorreta**:

a) São servidores públicos, em sentido amplo, as pessoas físicas que prestam serviços ao Estado e às entidades da Administração Indireta, com vínculo empregatício e mediante remuneração paga pelos cofres públicos e compreendem os servidores estatutários, os empregados públicos e os servidores temporários.

b) O servidor público ao adquirir estabilidade poderá perder o cargo por meio de processo judicial com sentença transitada em julgado, por processo administrativo, assegurada ampla defesa ou por meio de avaliação de desempenho.

c) Os cargos, empregos e funções públicas são acessíveis aos brasileiros que preencham os requisitos estabelecidos em lei, assim como aos estrangeiros, na forma da lei.

d) a proibição de acumular cargos estende-se a empregos e funções e abrange autarquias, fundações e empresas públicas, controladas, direta ou indiretamente pelo Poder Público. Tal proibição não se estende às sociedades de economia mista, visto que, segundo o decreto-lei 200, são pessoas jurídicas de direito privado, voltadas unicamente para exploração de atividade econômica.

e) a investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo ou emprego, na forma prevista em lei, ressalvadas as nomeações para cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração.

QUESTÃO 20.

Analise as assertivas e assinale a alternativa correta:

a) As sociedades de economia mista são formadas por capitais de origem governamental; as empresas públicas se compõem de capitais de origem governamental e capitais particulares; e as fundações públicas recebem tal denominação porque, ao invés de estrutura societária ou empresarial, correspondem a um patrimônio afetado a um fim.

b) Há dois tipos fundamentais de autarquias, empresas públicas e sociedades de economia mista: as exploradoras de atividade econômica, que são pessoas jurídicas de direito privado e as prestadoras de serviços públicos, que são pessoas jurídicas de direito público.

c) Segundo Celso Antônio Bandeira de Melo, as agências reguladoras são autarquias sob regime especial, ultimamente criadas com a finalidade de disciplinar e controlar certas atividades.

- d) As autarquias e as fundações públicas não podem ser qualificadas como agências executivas.
- e) A responsabilidade patrimonial extracontratual (civil) das pessoas jurídicas de direito privado prestadoras de serviço público pelos atos comissivos lesivos a terceiros exige a comprovação de dolo ou culpa, por integrarem a Administração indireta.

DIREITO PENAL

QUESTÃO 21.

Diante de um assalto a mão armada a uma joalheria de um shopping, com uma vítima fatal e um refém, um policial militar que por ali passava, fardado e devidamente identificado, emana ordem de prisão, obtendo como resposta um disparo efetuado pelo criminoso. Diante disso, o policial dispara sua arma e atinge o autor que já empreendia fuga, fazendo uso de armamento próprio, vindo o agente a óbito. Da situação descrita entende-se que:

- a) O militar agiu em legítima defesa;
- b) O militar agiu no exercício regular de direito;
- c) O militar agiu no estrito cumprimento do dever legal;
- d) O militar agiu em legítima defesa própria e do patrimônio de terceiro.
- e) Não há falar em qualquer excludente de tipicidade eis que a arma utilizada não é acautelada pelo Estado.

QUESTÃO 22.

O artigo 14 do Código Penal, em seu inciso II e parágrafo único assim descreve a tentativa e a pena:

Art. 14 - Diz-se o crime:

(...)

Tentativa

II - tentado, quando, iniciada a execução, não se consuma por circunstâncias alheias à vontade do agente.

Pena de tentativa

Parágrafo único - Salvo disposição em contrário, pune-se a tentativa com a pena correspondente ao crime consumado, diminuída de um a dois terços.

Considerando o conceito de crime tentado descrito no Código Penal Brasileiro, e que o agente teve como móvel intenso *animus necandi*, assinale a única alternativa correta quanto ao *iter criminis* e a fração redutora da pena:

- a) Uma vez que o agente, de posse de uma pistola calibre .380, com 15 munições no carregador, tentando alvejar a vítima, efetua todos os disparos possíveis, todavia já no primeiro tenha obtido êxito no homicídio que pretendia, deve-se entender adequada a redução da pena em 2/3 eis que não causou sofrimento desnecessário à vítima sobrevivente.
- b) Tendo atingido a vítima na cabeça, com o primeiro disparo, vindo esta a óbito, confirmadamente com esse primeiro projétil expelido, por meio de laudo do Instituto Médico Legal, deve-se entender adequada a fração redutora da pena em seu mínimo legal eis que o *iter criminis* percorrido foi de imediato interrompido, chegando-se à consumação do delito *ab initio*.
- c) Considerando que o agente, de posse de uma pistola com capacidade para 20 disparos positivos, acertou a vítima em região de alta letalidade no primeiro disparo, levando-a à iminência de sua morte, a qual não ocorreu apenas por circunstâncias alheias à vontade do agente, deve-se considerar adequada a fração redutora de 1/3, para o crime tentado.

- d) Tendo a vítima falecido um mês depois da tentativa de homicídio, e em razão do disparo sem que tenha ocorrido outra causa superveniente, deve o autor responder pelo homicídio consumado, todavia, com a pena reduzida em 1/3, em razão do tempo decorrido entre o evento morte e a prática delituosa.
- e) Considerando o *iter criminis* percorrido, suplantada a cogitação e a preparação, quando da execução, se o agente, de posse de um revólver calibre 38, com seis munições aptas para disparo, efetuou com sucesso cinco acionamentos positivos, deixando de acertar seu desafeto por erro de pontaria, e que apenas no sexto disparo acertou a perna da vítima, vindo esta a tombar ao solo, merece o agente que seja aplicada a fração redutora em seu mínimo eis que muito se aproximou de seu dolo inicial, móvel de sua conduta.

QUESTÃO 23.

Em face dos institutos da tentativa, desistência voluntária e arrependimento eficaz, e excludentes de ilicitude, marque a alternativa **correta**:

- a) Age no estrito cumprimento do dever legal o policial militar que, em serviço de ronda, devidamente fardado e armado, prende em flagrante delito pessoa que observa a varanda de um apartamento situado no primeiro andar de um prédio residencial, em período noturno, portando em uma sacola, corda, capuz, sacos plásticos, ganchos para escalada, chaves diversas, pé-de-cabra e alicates de pressão.
- b) Desistiu voluntariamente de seu desiderato o agente que, querendo matar, dispara todos os cartuchos de sua arma e, sabendo que não atingiu a vítima, sai do local do crime, deixando a vítima ileso.
- c) Considere que um criador de cães, da raça pit Bull, sem tomar as cautelas devidas, deixa um de seus cães escapar de sua vigilância e este sai à deriva pelas ruas de uma cidade populosa. Inadvertidamente o cão inicia o ataque a uma criança de cinco anos de idade, mordendo-a no pescoço. Um policial a paisana que passava pelo local, ao se deparar com a situação, dispara sua pistola .40, acertando o cão e salvando a criança que, apesar de seriamente lesionada, consegue sobreviver. Nessa situação, o policial agiu em legítima defesa de terceiro.
- d) Ao perceber que seria atacado por seu desafeto, Mário, o qual portava uma faca, Carlos, homem médio, consegue driblar o adversário tomando-lhe o instrumento cortocontundente, levando-o ao solo, conseguindo, portanto, se esquivar do ataque e dominá-lo. Em seguida, Carlos se lembra das ameaças de morte que Mário fez à sua família e tamanho era o sentimento de preservação de sua vida e de sua família, que resolve matá-lo com a arma que dele tomou, efetivamente levando a cabo seu desiderato. Assim agindo pode-se dizer que Carlos agiu em legítima defesa própria e de terceiros, não respondendo por homicídio ante a excludente de ilicitude prevista no artigo 25 do código Penal.
- e) Morador de uma cidade do interior, Carlos ouve um barulho diferente em seu quintal. Sabedor que ladrões transitam pelas redondezas assaltando as casas daquela localidade, se arma com uma espingarda calibre 12 e fica observando o movimento ao redor de sua casa. No dia anterior Carlos havia combinado com seu vizinho Mário que ambos protegeriam o patrimônio e velariam pela segurança um do outro. Carlos, ao perceber um vulto passando pela porta dos fundos segue rumo à janela da cozinha, abre uma fresta e efetua um disparo certo, atingindo a cabeça do ladrão. Para sua surpresa, ao se aproximar do corpo, constata que havia atingido Mário, seu vizinho. Tendo desse modo procedido, Carlos encontra-se amparado pela excludente de ilicitude da legítima defesa putativa.

QUESTÃO 24.

Carlos e Mário têm um desafeto comum de nome Pedro, conhecido traficante, o qual ameaçava, a ambos e suas respectivas famílias, de morte. Sem que haja acordo prévio, e

ciência um do outro, ambos vão ao encalço de Pedro e observam que este se encontra sob efeito de substância entorpecente, encostado na porta de um bar. De longe, Carlos e Mário, observando a excelente oportunidade de ceifar a vida de Pedro, se posicionam e simultaneamente disparam suas armas de fogo, ambos acertando Pedro, levando-o a óbito. Em seguida, Carlos e Mário se desvencilharam das armas utilizadas, as quais não foram encontradas. Ambos negam a autoria, apesar de várias testemunhas terem visto ambos na cena do crime.

Baseando-se no enunciado acima e nos conceitos de crime consumado, crime tentado, desistência voluntária e arrependimento eficaz, e excludentes de ilicitude, marque a alternativa **correta**:

- a) Carlos e Mário responderão por tentativa de homicídio.
- b) Carlos e Mário responderão por homicídio consumado.
- c) Carlos e Mário responderão por homicídio consumado em concurso de agentes.
- d) Carlos e Mário não responderão por homicídio eis que não há como se saber quem disparou o tiro letal ante a ausência de materialidade vez que as armas utilizadas não foram encontradas.
- e) Carlos e Mário não responderão por homicídio eis que não há como se saber quem disparou o tiro letal ante a impossibilidade de se realizar o laudo pericial de confronto balístico vez que o armamento utilizado se extraviou.

QUESTÃO 25.

Carlos e Mário têm um desafeto comum de nome Pedro, conhecido traficante, o qual ameaçava, a ambos e suas respectivas famílias, de morte. Estabelecendo acordo prévio, ambos vão ao encalço de Pedro e observam que este se encontra sob efeito de substância entorpecente, encostado na porta de um bar. De longe, Carlos e Mário, observando a excelente oportunidade de ceifar a vida de Pedro, se posicionam e simultaneamente disparam suas armas de fogo, todavia, apenas Carlos alveja Pedro eis que a arma de Mário não se encontrava apta para disparos. Pedro vai a óbito.

Considerando o enunciado acima e os conceitos de crime consumado, crime tentado, desistência voluntária e arrependimento eficaz, e excludentes de ilicitude, marque a alternativa **correta**:

- a) Carlos, lembrando-se de que Pedro tem esposa e filhos, arrepende-se de ter disparado, sem saber que Pedro já havia falecido, busca socorro incessantemente, indo de ambulância até o hospital. Lá chegando, providencia atendimento médico imediato e internação, pagando, inclusive, a caução exigida pelo hospital. Nesse caso, Carlos deve ser beneficiado com o instituto do arrependimento eficaz, obtendo do Juízo um redutor na pena em concreto.
- b) Carlos e Mário serão punidos pelo crime de homicídio consumado.
- c) Mário será punido pelo crime de homicídio tentado, na modalidade tentativa branca, eis que o alvo não fora atingido, fazendo jus à fração redutora da pena em 2/3 uma vez que longe restou a consumação do crime.
- d) Tanto Carlos quanto Mário, os quais eram ameaçados de morte, bem como suas respectivas famílias, tornam-se isentos de pena uma vez que se encontram amparados pela excludente de ilicitude legítima defesa própria e de terceiros.
- e) Considerando que a arma de Mário não efetuou disparo por absoluta ineficácia do meio, este responderá por tentativa de homicídio, eis que previamente ajustado com Carlos, tentou contra a vida de Pedro que, efetivamente, veio a óbito por ação de

instrumento perfuro-contundente, consistente em projétil de arma de fogo, todavia, disparado por Carlos.

DIREITO CIVIL

QUESTÃO 26.

Conforme dispõe o Código Civil, marque a afirmativa **incorreta**:

- a) A personalidade civil da pessoa começa com o nascimento com vida; mas a lei põe a salvo, desde a concepção os direitos do nascituro.
- b) São absolutamente incapazes de exercer pessoalmente os atos da vida civil: os menores de dezesseis anos; os que, por enfermidade ou deficiência mental, não tiverem o necessário discernimento para a prática desses atos; os que, mesmo por causa transitória, não puderem exprimir sua vontade e os pródigos.
- c) É válida, com objetivo científico, ou altruístico, a disposição do próprio corpo, no todo ou em parte, para depois da morte.
- d) Para criar uma fundação, o seu instituidor fará, por escritura pública ou testamento, dotação especial de bens livres, especificando o fim a que se destina, e declarando, se quiser a maneira de administrá-la.
- e) Têm domicílio necessário o incapaz, o servidor público, o militar, o marítimo e o preso.

QUESTÃO 27.

Sobre bens, marque a afirmativa **correta**:

- a) São bens imóveis o solo e tudo quanto se lhe incorporar de forma natural, excluídos os artificialmente.
- b) São bens fungíveis os móveis que não podem substituir-se por outros da mesma espécie, qualidade ou quantidade.
- c) São pertenças os bens que, não constituindo partes integrantes, se destinam, de modo duradouro ao uso, ao serviço ou ao aformoseamento de outro.
- d) As benfeitorias podem ser úteis ou necessárias, excluídas as voluptuárias.
- e) Somente são bens públicos os de uso comum do povo e os de uso especial.

QUESTÃO 28.

Sobre os negócios jurídicos, assinale a alternativa **correta**:

- a) A validade do negócio jurídico requer: agente capaz; objeto lícito, possível, determinado ou indeterminável; forma prescrita e proibida em lei.
- b) A impossibilidade inicial do objeto invalida o negócio jurídico se for relativa, ou se cessar antes de realizada a condição a que ele estiver subordinado.
- c) Não dispondo a lei em contrário, a escritura pública é essencial à validade dos negócios jurídicos que visem à constituição, transferência, modificação ou renúncia de direitos sobre imóveis de valor superior a cinquenta vezes o maior salário-mínimo vigente no País.
- d) Os poderes de representação conferem-se por lei ou pelo interessado.
- e) Considera-se condição a cláusula que, derivando exclusivamente da vontade das partes, subordina o efeito do negócio jurídico a evento futuro e certo.

QUESTÃO 29.

Conforme dispõe o Código Civil, além dos casos expressamente declarados na lei, o negócio jurídico é anulável por, **exceto**:

- a) incapacidade relativa do agente;
- b) erro;
- c) estado de perigo
- d) fraude contra credores;
- e) simulação.

QUESTÃO 30.

Analise as afirmações e marque a **incorreta**:

- a) Comete ato ilícito aquele que, por ação ou omissão voluntária, negligência ou imprudência, violar direito e causar dano a outrem, ainda que exclusivamente moral.
- b) Violado o direito, nasce para o titular a pretensão, a qual se extingue, pela decadência.
- c) Os prazos de prescrição não podem ser alterados por acordo das partes.
- d) A prescrição ocorre em dez anos, quando a lei não lhe haja fixado prazo menor.
- e) Deve o juiz, de ofício, conhecer da decadência, quando estabelecida por lei. Se a decadência for convencional, a parte a quem aproveita pode alegá-la em qualquer grau de jurisdição, mas o juiz não poder suprir a alegação.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

QUESTÃO 31.

Nos termos da Constituição Federal, processar e julgar, em recurso ordinário, os mandados de segurança decididos em única instância por Tribunal Regional Federal, quando denegatória a decisão, compete:

- a) ao Conselho da Justiça Federal
- b) ao Supremo Tribunal Federal
- c) ao presidente do respectivo Tribunal Regional Federal
- d) ao Conselho Nacional de Justiça
- e) ao Superior Tribunal de Justiça

QUESTÃO 32.

Considerando o que dispõe o Código de Processo Civil acerca das partes e dos procuradores, marque a alternativa **certa**:

- a) O cônjuge necessitará do consentimento do outro para propor ações que versem sobre qualquer direito subjetivo patrimonial.
- b) Nas ações possessórias, a participação do cônjuge do autor ou do réu somente é indispensável nos casos de comosse ou de ato por ambos praticados.
- c) As sociedades sem personalidade jurídica, quando demandadas, poderão opor a irregularidade de sua constituição.
- d) O gerente da filial ou agência de pessoa jurídica estrangeira somente poderá receber citação inicial para o processo se for por ela especificamente autorizado.
- e) Verificando a incapacidade processual ou a irregularidade da representação das partes, o juiz interromperá o curso do processo até que o defeito seja sanado.

QUESTÃO 33.

Assinale a alternativa que apresenta a modalidade de intervenção de terceiro em que pessoa alheia ao processo busca integrá-lo para demandar a coisa sobre a qual controvertem autor e réu.

- a) Nomeação à autoria
- b) Chamamento ao processo
- c) Denúnciação da lide
- d) Assistência
- e) Oposição

QUESTÃO 34.

Segundo a Constituição Federal, compete originariamente ao Supremo Tribunal Federal apreciar:

- a) a arguição de descumprimento de preceito fundamental.
- b) os mandados de segurança e os habeas data contra ato de Ministro de Estado.
- c) a homologação de sentenças estrangeiras e a concessão de “exequatur” às cartas rogatórias.
- d) as ações rescisórias dos julgados do Superior Tribunal de Justiça.
- e) os mandados de segurança e os habeas data contra ato do Comandante da Marinha.

QUESTÃO 35.

A respeito de jurisdição e competência, com respaldo no Código de Processo Civil, assinale a assertiva **errada**:

- a) A autoridade judiciária brasileira possui competência exclusiva para conhecer de ações relativas a imóveis situados no Brasil.
- b) Ações fundadas em direito pessoal e em direito real sobre bens móveis serão propostas, em regra, no foro do domicílio do réu. Tendo o réu mais de um domicílio, será demandado no foro de qualquer deles.
- c) A competência em razão do valor e do território é inderrogável por convenção das partes.
- d) Tanto a jurisdição civil contenciosa quanto a voluntária serão exercidas pelo juiz, o qual somente poderá prestar a tutela jurisdicional quando a parte ou o interessado a requerer.
- e) O foro contratual obriga tanto as partes quanto os seus herdeiros e sucessores.